

Brasil convince credor a prorrogar acordo

Nova Iorque — O Brasil conseguiu convencer o comitê assessor de bancos a solicitar a todas as instituições credoras a prorrogação de um acordo financeiro que pode permitir o ingresso de novos empréstimos de 600 milhões de dólares. Uma missão chefiada pelo secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, conseguiu obter este apoio do comitê de bancos, como se soube ontem em Nova Iorque, mas, por outro lado, houve um pesado silêncio quanto às negociações sobre o pagamento de 1,6 bilhão de dólares de juros da dívida brasileira, que vencem na próxima segunda-feira.

Segundo um acordo assinado em novembro do ano passado, os bancos deram ao Brasil créditos novos de 5,2 bilhões de dólares, dos quais já recebeu 4,6 bilhões, em um prazo até o próximo dia 30 de setembro. Entretanto, para receber esse "dinheiro novo", o Brasil deve conseguir, primeiro, a aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial na reorganização de sua economia, para a qual precisa de um prazo maior, segundo os representantes brasileiros.

Em todo caso, o comitê assessor dos bancos enviará um telex a todos os credores para prorrogar o prazo até o dia 30 de janeiro de 1990, o

que constitui um êxito para os negociadores brasileiros.

Depois, o Brasil deverá tentar a aprovação do FMI, o que não parece fácil, devido a seu déficit público da ordem de 7 por cento de seu produto Interno Bruto, e a dificuldade em estabelecer qualquer programa econômico em vésperas da eleição presidencial de novembro deste ano, indicou uma fonte bancária norteamericana.

O acordo com o FMI é duplamente importante, já que também depende do mesmo empréstimo de 3 bilhões de dólares acertado por organismos internacionais, Japão e bancos comerciais. Por outra parte, este "gesto de boa vontade" dos bancos credores ocorre quando a parte mais difícil das negociações, relativa ao pagamento dos 1,6 bilhão de dólares, ainda não está resolvida.

Ainda que possua atualmente reservas de 6 bilhões de dólares, o Brasil não deseja empregar esses recursos no pagamento de juros. "O Brasil não quer entrar para o clube dos maus pagadores, mas não vai pagar sua dívida com a miséria de seu povo", declarou o chanceler Roberto de Abreu Sodré, na semana passada, às vésperas da viagem da delegação brasileira a Nova Iorque.

LUIS TAJES.



Sodré (D) e Amaral afirmaram que o projeto da moratória prejudica as negociações da dívida